

NO COSER DA ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA, OS IMPACTOS SOCIAIS DA CONSOLIDAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA FAMILIAR RURAL

Aline Weber Sulzbacher¹
Pedro Selvino Neumann²
Paulo Roberto Cardoso da Silveira³

1. Introdução

Falar de especialização produtiva não é algo novo no âmbito da Geografia. Neste campo da ciência acumulam-se trabalhos que analisam esse processo à luz do sistema capitalista e das inúmeras combinações contraditórias entre a razão global e a razão local. Os fatos que nos instigam a refletir sobre a especialização produtiva no território gaúcho referem-se a duas questões principais: ao seu caráter dinâmico e cambiante no tempo, intimamente vinculado ao modelo de desenvolvimento adotado (antes de enfoque agrícola e agora rural⁴); e ao seu impacto social, especialmente aqueles ligados ao espaço rural.

Ao analisarmos as transformações no espaço rural gaúcho, pode-se perceber uma transição de uma especialização produtiva que foi forjada dentro do modelo de desenvolvimento agrícola⁵ para uma outra forma de especialização produtiva surgida como efeito indesejado de um modelo de desenvolvimento rural. Indesejado, por que nesta “nova” proposta de desenvolvimento são as sinergias entre o agrícola e o não-agrícola, as múltiplas possibilidades de geração de valor no espaço rural (a literatura fala de multi-dimensionalidade) que devem ser valorizadas, tendo como eixo orientador a diversificação de atividades como instrumento de convergência entre o econômico, o social e o ambiental.

No entanto, precisa-se diferenciar a diversificação em um determinado espaço rural da diversificação em nível de unidade de produção. Esta última percebe-se como marginal, neste novo modelo de progressiva supervalorização das peculiaridades locais que as transforma em “mercadorias” a serem comercializadas, observando-se uma nova especialização produtiva no âmbito familiar.

Um exemplo clássico deste processo são os inúmeros trabalhos que se acumulam sobre turismo rural, agroindústria familiar, plantas medicinais, artesanato rural (em lã ou palha bruta) e, inclusive, as indicações geográficas, etc., onde busca-se ressaltar a mudança do sentido de fazer agri-cultura, onde atividades surgem com suas novas exigências em conhecimentos e como fator de mudança na paisagem rural. Mas, o que procuraremos mostrar neste trabalho é que se trata, nestes casos, de um novo tipo de especialização produtiva familiar, onde uma atividade econômica (uma unidade de processamento artesanal de alimentos, por exemplo), pode incorporar em seu escopo um conjunto de atividades de natureza diferente: produzir matéria-prima, processar

¹ Geógrafa (Licenciada) e Mestranda no Programa de Pós Graduação em Extensão Rural – CCR/UFSM

² Professor Depto. de Educação Agrícola e Extensão Rural - DEAER/CCR/UFSM, orientador.

³ Doutorando do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina na área de Sociedade e Meio-Ambiente. Professor Depto. de Educação Agrícola e Extensão Rural - DEAER/CCR/UFSM, co-orientador.

⁴ Ou desenvolvimento territorial rural com suas novas leituras (multifuncionalidades, pluriatividades, etc.).

⁵ Ver em Gómez, 2006; Neumann, 2006.

alimentos, comercializar seus produtos e gerenciar nos aspectos econômicos e financeiros todas estas atividades de forma integrada. E poderíamos ir mais longe, na atividade de comercialização, pode-se desdobrá-la em vender o produto (encontrar compradores), preparar a entrega segundo as quantidades e frequências necessárias, controlar os recebimentos e prospectar novos clientes e novos produtos para atender nichos de consumidores.

Esse suposto “novo” modelo de desenvolvimento rural, passa a incorporar a noção de território para dar suporte a análise desta pulverização de diferentes atividades, com diferentes atores e redes sociais vinculadas, já que não se pode deixar de considerar a ação do pequeno e grande varejo, as cooperativas de produção e crédito, os serviços de ATER públicos e não-governamentais e, obviamente, os agentes das políticas públicas. O território entra, no seu acúmulo epistemológico geográfico, para dar conta de compreender os limites/fronteiras e a sobreposição do conjunto de relações sociais (e de produção) que darão sentidos e o “diferencial” naquele suposto espaço.

Por outro lado, essa pressuposta diversificação, real na escala do território-rural, acaba sendo mascarada na escala da unidade de produção, uma vez que os supostos agricultores que passam a ser pioneiros no processo vêm-se cada vez mais subordinados às exigências da sua “nova” atividade, assumindo a especialização como inevitável. Portanto, em médio prazo observa-se uma nova especialização produtiva que pode vir a ser tão negativa quanto a anterior, quando os agricultores estavam submissos ao circuito espacial de produção de um complexo agroindustrial. Nesta altura, cabe questionar: quais seriam os impactos sociais desta “nova” especialização produtiva?

O lado oculto desse processo parece residir na especialização de determinadas habilidades ou capacidades. A diversificação ocorre diluída no espaço rural, mas pontualmente, no universo da propriedade rural, a tão exaltada diversidade da agricultura familiar e sua competitividade sistêmica (Wilkinson, 1997) cedem lugar a uma especialização produtiva, onde a unidade de produção familiar restringe-se a comercialização de poucos produtos. Afinal, o fato de ser dono de algum empreendimento (seja turístico, agroindustrial, artesanal, etc.) exige habilidades que nem sempre estão ao alcance dos sujeitos rurais e, quando estão, contribuem para a sua progressiva especialização produtiva, já que vêm aliadas a outras tantas exigências que, progressivamente, estimulam a dedicação exclusiva a tal atividade.

Nesta receita, muito diluída em infinitos cursos de qualificação e formação e, amplamente difundida nas políticas públicas, ter-se-á, ao final, um agricultor-empresário especializado. Se assim não acontecer, possivelmente será um eterno “escravo” da atividade, explorando ao máximo a força de trabalho familiar a fim de compensar a falta de capital e de tecnologia. No extremo da situação, poderá também vir a ser um novo exilado no urbano. Isto remete a um processo de diferenciação social clássico, onde que cabe indagar: O agricultor-empresário especializado não seria o produto desejado do desenvolvimento rural? As linhas gerais do paradigma desenvolvimentista implementadas no Brasil não tinham, desde sempre, esse intuito?

No entanto, essa nova forma de especialização produtiva, ao requerer um conjunto de conhecimentos e habilidades que extrapolam o ‘que-fazer’ agrícola tende a promover uma série de impactos sociais que ainda não estão sendo considerados nos trabalhos que enfocam o desenvolvimento territorial rural. Desta forma, esse trabalho tem por objetivo discutir alguns elementos que contribuíram para a consolidação da agroindústria familiar rural como parte de um processo de especialização produtiva dos espaços agrários no Estado do Rio Grande do Sul. Objetiva-se também, tecer considerações sobre os impactos sociais da agroindústria familiar rural (AFR) como uma atividade que vem sendo amplamente difundida enquanto estratégia de

desenvolvimento rural. De imediato, levantamos como premissa o fato de que a consolidação da AFR acaba por conduzir a uma série de impactos sociais que podem ser sentidos nas diferentes escalas de poder e gestão do espaço, no entanto, sua mensurabilidade ainda fica latente em função da escassez de estudos sobre o tema.

Além disso, este trabalho enquadra-se numa reflexão mais ampla, que além de basear-se na área de atuação e vivência empírica dos autores, também toma dois pontos de partida: a dissertação de mestrado da autora principal, ainda em elaboração, que tem por objetivo a elaboração de uma proposta de avaliação de impacto social da agroindústria familiar rural, considerando as escalas da unidade de produção familiar e entorno comunitário; e o projeto de pesquisa-extensão⁶ desenvolvido junto às agroindústrias que formam a *Rede da Casa*⁷ que tem por objetivo diagnosticar os sistemas de gestão ambiental e buscar formas alternativas de tratamentos dos resíduos (líquidos, sólidos e gasosos) gerados.

Por fim, para organização das reflexões propostas, traçamos um panorama (1) da evolução histórico-cultural do Estado do Rio Grande do Sul, situando os principais elementos que contribuíram para uma especialização produtiva dos espaços agrários e, (2) da emergência da AFR como uma estratégia que agrega valor a partir das identidades territoriais. Este processo promove uma (3) série de impactos sociais, diretos e indiretos, que são tratados genericamente, pelas esferas do poder, como sendo exclusivamente referentes a mudanças na qualidade de vida, geração de emprego e renda.

2. No coser da especialização produtiva: do agrário ao rural.

A história agrária⁸ do espaço gaúcho⁹ apresenta alguns marcos temporais que tiveram significativa importância para a compreensão das transformações que se desencadearam ao longo do tempo. Relembramos a chegada dos imigrantes europeus, em especial os germânicos e italianos¹⁰ que impregnaram nas terras gaúchas uma forte identidade, ligada à gastronomia, arquitetura e tradição no processamento artesanal de alimentos. Esses colonos também foram responsáveis pela expansão da fronteira

⁶ “Poluição dos recursos hídricos e edáficos causados por resíduos sólidos e líquidos resultantes do processamento de matérias-primas de origem animal e vegetal em agroindústrias familiares rurais”, financiado pelo CNPq e coordenado pelo Profs. Danilo Rheinheimer dos Santos e Paulo Roberto Cardoso da Silveira.

⁷ A REDE da CASA constitui-se como uma cooperativa composta, atualmente, por vinte agroindústrias, com diferentes características de escala de produção, tipo de produto e processo de legalização. Situa-se na porção central do Estado do Rio Grande do Sul, área conhecida como “Quarta Colônia de Imigração Italiana”.

⁸ A formação geomorfológica e climática do Estado do Rio Grande do Sul/Brasil, associada ao processo de ocupação do espaço contribuíram para a origem da localização espacial de dois sistemas agrários, como foi diagnosticado por Silva Neto e Basso (2005): “o pastoril, predominante nas áreas de campo, e o agrícola, que prevalece nas áreas de mata” (p. 31).

⁹ Termo genérico, popularmente difundido no Brasil, ao referir-se ao Estado do Rio Grande do Sul.

¹⁰ Os índios e negros também tiveram participação nesse processo, mesmo sendo subjugados pela suposta “superioridade do branco europeu” e subordinados a lógica de expansão do sistema capitalista que os privou da propriedade da terra e os condenou a mão-de-obra reserva para as necessidades dos monocultivos em expansão no estado. E, posteriormente, expulsos do campo ou restringidos aos espaços marginais rurais (reservas indígenas ou povoados remanescentes de quilombos) ou urbanos (as vilas de periferia dos grandes centros).

agrícola no Estado, desbravando (e devastando) as matas e instalando uma agricultura colonial, voltada prioritariamente a subsistência¹¹.

Das colônias, velhas e novas¹², forjam-se os primeiros laços que vão perpassar pelos tempos e manter-se como característica central da agricultura moderna. Em estudo realizado por Neumann (2003) na região do COREDE¹³-Centro, área de colonização alemã e italiana, o autor observou que a “diversificação da produção, além de ter sido uma estratégia de auto-suficiência alimentar, parece ter sido uma estratégia para diminuir o risco frente às oscilações dos preços dos produtos agrícolas da época” (p. 132). Desta forma, buscava-se aumentar sua flexibilidade na relação com o mercado como demonstrou Silveira (1994) em pesquisa sobre o espaço agrário de Silveira Martins, município da Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul.

No entanto, a necessidade de racionalizar os usos dos fatores de produção disponíveis em cada unidade familiar, as características agroecológicas e a busca de espaços de mercado (Silveira, 1994), contribuiu para que se forjassem as primeiras linhas de uma genuína especialização comercial,

Embora tenha havido diferenças entre a agricultura praticada na Colônia Alemã e na Italiana, acabou ocorrendo, pela proximidade das colônias, uma influência mútua, principalmente da alemã, já instalada, sobre a nova Colônia Italiana. O cultivo do feijão, tabaco, do arroz e a criação de porcos para banha ilustram bem esta influência. Na Colônia Italiana, por determinado período de tempo (...) ocorreu uma espécie de especialização por localidade. Assim, Silveira Martins e Val Feltrina eram conhecidas como regiões produtoras de vinho, Val de Buia como produtora de cana e de alfafa, Val Veronês pela produção de fumo e a Linha 2 e a 4 pela produção de batatinha (NEUMANN, 2003, p. 131).

Essa estrutura agrária, marcada pelas relações de trabalho e de produção que tinham por base o grupo familiar, será predominante também nas outras colônias espalhadas pela porção norte do Estado. Um conjunto de características que entram em colapso a partir da década de 1960/70 quando se inicia processo de modernização agrícola e é “quando os produtos agrícolas coloniais perderam, significativamente, seu valor comercial e, também, pela desestruturação da grande rede do comércio e da manufatura da agricultura colonial local” (NEUMANN, 2003, p. 132).

A progressiva desestruturação da agricultura colonial¹⁴ e introdução de práticas agrícolas modernas, como o plantio da soja, contribuíram para profundas transformações no modo de vida rural:

Uma das características centrais das transformações ocorridas foi o rompimento da situação de autonomia que caracterizava o meio rural até meados do século XX. Os ‘antigos’ colonos ao especializarem-se na soja e adotarem o ‘pacote tecnológico’ acabaram perdendo sua autonomia (PICCOLOTTO, 2006, p. 132).

¹¹ Prioritariamente, por que sempre houve uma produção para o comércio, apenas as dificuldades em um mercado interno ainda em formação, restringia os volumes transacionados e havia uma produção destinada a alimentação das famílias, o que reduzia a necessidade de renda monetária para subsistência familiar e forçava uma agricultura diversificada.

¹² Os espaços destinados aos colonos europeus receberam várias levas de imigrantes, que se distribuíram inicialmente às margens do rio Jacuí e posteriormente foram “subindo a escarpa” em direção a porção norte do Estado.

¹³ Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Centro do Estado do Rio Grande do Sul.

¹⁴ A partir da década de 1950 alguns fatores aceleram esse processo, como o ambiente institucional que passa a regulamentar o processamento de produtos de origem animal, o que inibe a participação da agricultura familiar, e o esgotamento dos solos, que passa a demandar o uso de produtos agroquímicos.

As transformações colocadas no contexto da “modernização da agricultura” romperam com uma série de atividades e práticas agrícolas já tradicionais no espaço rural gaúcho. Para “modernização” da agricultura no Alto Uruguai¹⁵ foi incentivada a especialização produtiva baseada no cultivo da soja. Conforme dados do Censo Agropecuário de 1970, 1975, 1980 e 1985 analisados por Picolotto (2006), observa-se mudanças nas características do espaço agrário desta porção do Estado: um significativo crescimento na produção da soja, a partir de 1970, no aumento total de estabelecimentos e na fragmentação das terras. Essas conseqüências foram comuns naqueles espaços onde houve adoção do pacote tecnológico e, além delas, a diminuição da população rural também passa a ser considerada como um fator “resultante tanto da especialização das atividades agropecuárias (que necessitam assim, de menos força de trabalho), quanto da mecanização das atividades produtivas, entre outros fatores” (PICOLOTTO, 2006, p. 139).

Além da soja, outras atividades passam a se consolidar tendo como base as relações sociais e de produção da agricultura familiar,

Particularmente, para o caso da região Noroeste do Estado deve-se considerar também que a intensificação do sistema de criação de suínos gerou um forte processo de concentração da produção, contribuindo para o processo de esvaziamento populacional (...). É interessante notar que este declínio acontece mesmo com o aumento da atividade leiteira na região, que apesar de sua maior exigência de mão-de-obra, parece não ter sido suficiente para compensar os efeitos da redução das lavouras de soja e de trigo e do avanço da mecanização (SILVA NETO e BASSO, 2005, p. 90).

Nestes marcos, o espaço rural gaúcho, em especial a porção centro-norte-nordeste começa a experimentar os primeiros flancos da especialização produtiva, baseada em sistemas de produção intensivos que geralmente integram grãos com atividade pecuária baseada na força de trabalho familiar e nas pequenas extensões de terra.

A fim de apresentar um rápido esboço do comportamento espacial desta especialização produtiva no espaço rural gaúcho, optamos por utilizar o trabalho de Castanho *et al* (2007). Na oportunidade os autores propuseram uma regionalização do Estado do Rio Grande do Sul considerando os aspectos geoeconômicos, com ênfase para a produção agropecuária¹⁶. Da análise dos dados, o trabalho propõe sete regiões geoeconômicas, conforme apresentamos a seguir:

Região Geoeconômica 1 – “sua origem atrelada ao processo de ocupação e povoamento do Rio Grande do Sul, baseada na doação de sesmarias, as quais originaram os latifúndios pastoris do Estado (...) embora baseada na matriz tradicional (pecuária e arroz), teve a inserção de outros produtos agrícolas, como a soja, o fumo e o milho...” (CASTANHO *et al*, 2007, p. 05).

¹⁵ Alto Uruguai é a porção no extremo norte do Estado do Rio Grande do Sul. Recebe esta denominação por apresentar um relevo dobrado e de muito próximo ao Rio Uruguai, divisor político administrativo do território gaúcho.

¹⁶ Os autores usaram como as variáveis “área plantada” na agricultura e “número de cabeças” na pecuária. Para definir a “contigüidade espacial da produção agropecuária” utilizaram a técnica de sobreposição de mapas. Conferir em Castanho *et al* (2007).

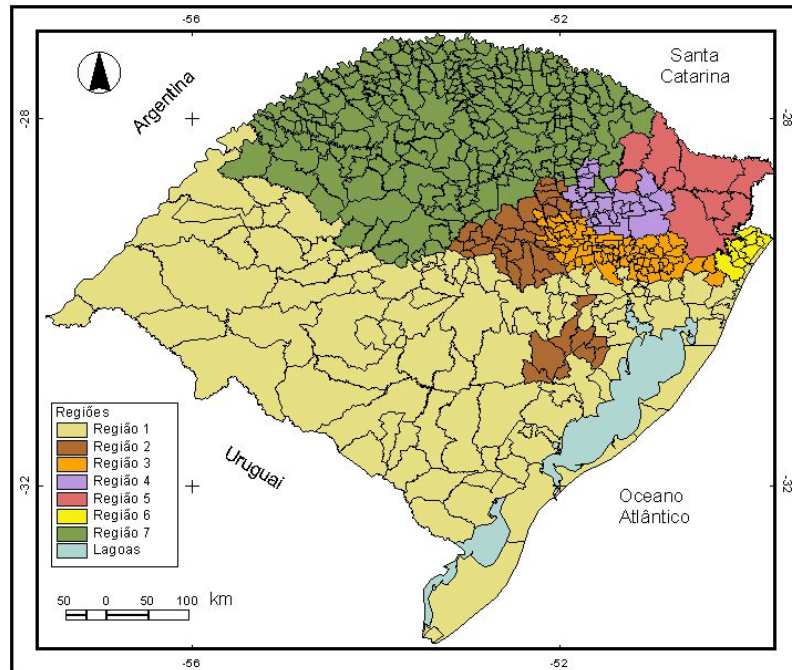


Figura 01 – Regiões geoeconômicas do Estado do Rio Grande do Sul, baseadas na atividade agropecuária.

Fonte: Castanho *et al* (2007) – equipe NERA/2005.

Região Geoeconômica 2¹⁷ – “caracteriza-se por ter uma produção altamente rentável, via fumicultura, consorciada com outros produtos agrícolas, de caráter secundário, como o milho, a avicultura e a suinocultura” (CASTANHO *et al*, 2007, p. 08). Além disso, destacam que a produção fumageira desenvolve-se em pequenas propriedades, com mão-de-obra familiar, em áreas de colonização alemã e italiana, características que também foram diagnosticadas por Neumann (2003).

Região Geoeconômica 3 – “constitui-se (...) da soma entre a agropecuária colonial e a indústria e serviços em geral” e “tem sua base econômica assentada na cultura do milho e, na pecuária pelas aves e suínos. No entanto, estas atividades coexistem em grande parte da região com as lavouras de mandioca, batata (em menor proporção) e a fruticultura. Tal situação deve-se ao fato desta região abranger, principalmente, as áreas iniciais de colonização do Estado, caracterizadas pela diversificação da produção agropecuária, que inicialmente tinha caráter de subsistência” (CASTANHO *et al*, 2007, p. 08/9).

Região Geoeconômica 4 – “caracterizada como área de imigração tipicamente italiana, individualizou-se tendo como produto principal a uva, constituindo-se no pólo vitivinicultor do Rio Grande do Sul” (CASTANHO *et al*, 2007, p. 09). Outra atividade importante refere-se à “relevância do parque industrial, segunda maior concentração do Estado, formado em função das cadeias produtivas desta região, ou seja, a uva e o turismo. Instalaram-se, então, as indústrias têxteis, que suprem as “famosas malharias da Serra gaúcha”, de calçados, bebidas (vinícolas) e moveleira” (Id, 2007, p. 10).

¹⁷ Os autores explicam que essa região possui uma “uma peculiaridade em relação às demais, ou seja, caracterizou-se pela delimitação de duas áreas não contíguas no território gaúcho, demonstrando a dinâmica, que na atualidade, assumem a questão regional em decorrência da assimilação distinta do capital e da técnica em determinadas áreas” (CASTANHO *et al*, 2007, p. 08)

Região Geoeconômica 5 – “caracteriza um dos setores mais produtivos economicamente, com ênfase para o cultivo da maçã¹⁸” (Id, 2007, p. 10).

Região Geoeconômica 6 – “seu recorte espacial caracterizou-se em função da produção da banana. (...) Além da banana, destacam-se as culturas do abacaxi e do palmito, como uma alternativa para diversificar a produção desta região geoeconômica, o que possibilita agregar renda ao pequeno produtor rural” (Id, 2007, p. 9/10).

Região Geoeconômica 7 – “foi originada tendo como base econômica às culturas da soja, do trigo e do milho, os quais constituem a sua matriz produtiva tradicional” (Id, 2007, p. 11) com integração ou de bovinocultura leiteira ou de avicultura.

Esta diferenciação social e econômica no espaço gaúcho resultou, historicamente, em matrizes produtivas características de cada região, significando diferentes impactos dos efeitos perversos do processo de modernização da agricultura. Assim quando nos anos 80, começa-se a sentir mais intensamente as conseqüências do processo de especialização produtiva, traduzidas em uma crise do modelo agrícola (Caporal e Costabeber, 2004) percebe-se que em cada região ocorrem impactos diferenciados.

Para os produtores que se especializaram, esta “modernização” trouxe como conseqüência a maior dependência ao mercado, submetendo-os às oscilações econômicas e grande concorrência características deste, ao mesmo tempo em que comprometeu a própria segurança alimentar da família. No médio prazo este processo acarreta uma diferenciação social e econômica entre as famílias rurais, excluindo aquelas que não conseguiram se integrar aos padrões necessários para a viabilização econômica dos empreendimentos (DIESEL *et al*, 1992, p. 01).

Este processo marcado pela concentração fundiária, descapitalização dos agricultores familiares e êxodo rural, efeitos de uma conjuntura ditada pelos grandes grupos agroindustriais que exigem escala de produção e padrões sanitários cada vez mais restritivos, implica em um movimento de fortalecimento da agricultura familiar, da re-valorização das paisagens rurais e da busca de estratégias alternativas de geração de renda no espaço rural.

À grosso modo, poderia se dizer que com exceção das regiões geoeconômicas 01 e 05, todas as outras em maior ou menor nível, tiveram no estímulo às Agroindústrias Familiares Rurais uma estratégia de agregação de valor para os produtos da agricultura familiar e de criação de uma nova dinâmica de desenvolvimento rural (SILVEIRA *et al*, 2006). Este processo desenvolve-se, a partir dos anos 80, aliado as estratégias de desenvolvimento do turismo rural e da crescente ênfase no desenvolvimento territorial, o que consolida-se na literatura e nas políticas públicas nos anos 1990 (GUIMARÃES e SILVEIRA, 2007).

Cabe neste momento, refletirmos sobre os impactos sociais da especialização produtiva que vem se construindo no espaço rural gaúcho a partir da lógica de Desenvolvimento Territorial Rural, onde a especificidade de cada território é a base

¹⁸ Os autores complementam: “Salienta-se também, a instalação de indústrias de beneficiamento em virtude da produção primária. Neste sentido, destaca-se a presença de uma fábrica de sucos, para beneficiamento da maçã, além de uma significativa frota de transporte rodoviário, para escoamento da produção, além de outros investimentos que retroalimentam a cadeia produtiva da maçã. Esta diversifica-se através da inserção de outras “frutas vermelhas”, como a cereja e a framboesa que são estimuladas pela abertura de mercado externo, principalmente Estados Unidos e Europa, além da inserção no mercado nacional” (CASTANHO *et al*, 2007, p. 10)

para as políticas e ações de revitalização dos espaços rurais e que, como explicitado anteriormente, implica em uma nova especialização produtiva das unidades de produção agrícolas familiares.

3. A agroindústria familiar rural como um processo de especialização produtiva

A agroindústria familiar rural apresenta-se como uma das “novas” faces da especialização produtiva no espaço rural gaúcho. Esse processo, ainda em construção, toma dois pontos de partida: a crise na agricultura moderna e sua conseqüente necessidade, sentida pelos sujeitos rurais, de investir em outras atividades a fim de garantir a reprodução socioeconômica da propriedade familiar e; os incentivos, por parte da esfera pública, a fim de promover o desenvolvimento territorial¹⁹ rural, centrado nas especificidades locais.

Trabalhos anteriores e estudos de outros autores, sobre a reprodução social das famílias rurais, já mostraram a inviabilidade de modelos de especialização produtiva baseados na produção de *commodities* agrícolas, que constituíam a referência das políticas de modernização²⁰ (BRUM, 1985; NEUMANN e SILVEIRA, 1999; SILVEIRA e BALEM, 2004; SILVEIRA *et al*, 2006).

Neste marco de inviabilidade produtiva, os sujeitos rurais passam a buscar estratégias ligadas ao seu saber-fazer. A produção artesanal de alimentos²¹ passa a consolidar-se como uma possibilidade de agregar valor, gerar renda e empregar força de trabalho.

Atualmente, a produção artesanal de alimentos passou a ser conhecida como Agroindústria Familiar²² e de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2004) ela é responsável pelo beneficiamento e/ou transformação de produtos agrosilvopastoris, aqüícolas e extrativistas, abrangendo desde processos mais simples até os mais complexos, incluindo o artesanato no meio rural.

Para efeitos deste trabalho, consideramos a agroindústria familiar rural (AFR) como uma infra-estrutura locada no espaço rural, com função específica de processamento e/ou beneficiamento de produtos agropecuários (origem animal e/ou

¹⁹ “Hirschman (1986) já tinha formulado, há 25 anos, um dos princípios fundamentais do desenvolvimento territorial: *a revelação dos recursos escondidos*” apud Pecquer (2005, p.11). O autor ainda define *desenvolvimento territorial*: “designa todo processo de mobilização dos atores que leve à elaboração de uma estratégia de adaptação limites externos, na base de uma identificação coletiva com uma cultura e um território” (PECQUER, 2005, p. 12).

²⁰ A relação entre “Tecnologia e Campesinato” foi tratada por Silva (1983) e a avaliação da viabilidade dos diferentes sistemas de produção é recorrente nos estudos realizados segundo o “enfoque sistêmico” tais como o de Silva Neto e Frantz (2001).

²¹ O fator que garante um diferencial no processamento dos produtos agropecuários estaria na *forma artesanal de produzir*, ou seja, o processo de produção implica em uma dimensão de arte e não meramente técnica. O toque especial que cada produtor dá ao seu produto é o diferencial e o fundamento do artesanal, o que faz cada produto único (SILVEIRA e HEINZ, 2005).

²² Em trabalho publicado por Guimarães e Silveira (2007), os autores propõem uma tipologia para as AFRs, classificando-as como agroindústria caseira (não possui instalações próprias para processamento de matérias-primas, pequena escala e problemas no controle de qualidade de seus produtos); Agroindústria Artesanal, aquela que já possui instalações e equipamentos específicos para processamento, baseada no saber-fazer inter-geracional que confere aos seus produtos uma característica diferenciada do produto industrial, voltada ao mercado local e regional e já adotando procedimentos de controle de qualidade; e a Agroindústria de Pequeno Porte, que diferencia-se da grande indústria apenas na escala de produção, pois seus produtos não apresentam características artesanais, adotando padrões industriais de produção

vegetal) oriundos da propriedade familiar, cuja relação de trabalho tenha por prioridade o emprego da força de trabalho familiar. A escala de produção da atividade deve apresentar sincronia entre a capacidade de produção, de processamento e de disponibilidade de força de trabalho familiar. Por fim, é conveniente que o interesse pela viabilização e ampliação da atividade, bem como sua legalização tenha partido do grupo familiar, constituindo-se enquanto uma alternativa endógena, identificada pelos sujeitos sociais locais. Neste universo, a AFR garante a manutenção de relações de produção baseadas em uma racionalidade que objetiva garantir a competitividade sistêmica da unidade produção familiar, acrescentando princípios de outra, similar àquela empresarial, ao ajustar-se às lógicas de mercado [principalmente quanto à gestão e a comercialização].

A relevância do tema deve-se ao protagonismo que a AFR assume nas escalas locais/regionais, ao promover a articulação entre os grupos familiares, os agentes de desenvolvimento e os espaços de disputa política por projetos de desenvolvimento. Na escala nacional, observa-se um significativo avanço, por parte das políticas públicas²³, quanto a concepção da agroindustrialização dos produtos da agricultura familiar e na concessão de programas de fomento, tanto de crédito quanto para a formação e a qualificação dos agricultores envolvidos com processamento. No universo acadêmico, as discussões teóricas também se constroem em torno das ponderações sobre os limites e potencialidades da atividade na promoção do desenvolvimento rural, dentre alguns estudos que se dedicaram ao tema, destacam-se Silveira e Zimmermann, 2004; Wesz Jr. 2006; Sulzbacher, 2007; Silveira *et al*, 2007.

Os limites são postulados a partir dos pontos de estrangulamento das atividades, postos, principalmente, pelo enfrentamento de um ambiente institucional restritivo a este *novo* leque de atividades, o que implica na necessidade de regularizar e estabelecer padrões mínimos de qualidade e, noutra esfera, os limites também incidem sobre as racionalidades produtivas dos próprios agentes de processamento: os agricultores acabam por transitar da *sua racionalidade* de produção para aquela exigente em domínios sobre áreas da administração e economia de mercado (SILVEIRA *et al*, 2008).

Mesmo diante destes obstáculos, as potencialidades e os impactos positivos se colocam deveras pertinentes. No estudo realizado por Wesz Junior (2006)²⁴, observa-se uma série de impactos gerados a partir da consolidação de agroindústrias familiares. O autor analisa o uso da mão-de-obra familiar, o caráter artesanal da produção, a diversificação na linha de produção²⁵, a agregação de valor e as relações de proximidade e de confiança entre produtor e consumidor que conferem competitividade e legitimação dos produtos junto a sociedade:

Mas, além de trazer renda e qualidade de vida para os dependentes deste processo, a agroindustrialização rural começa a ser reconhecida como uma atividade que segura o agricultor no seu espaço de origem, além de fomentar toda a economia local, pela relação de proximidade que existe tanto na

²³ A atuação das políticas públicas no fomento à agroindústria familiar foi analisada por Guimarães e Silveira (2007).

²⁴ O estudo tomou por objeto as agroindústrias familiares que trabalhavam com derivados de cana-de-açúcar (melado, cachaça, licores, mandolate, açúcar mascavo) nas microrregiões de Santa Rosa, Santo Ângelo e Cerro Largo no Estado do Rio Grande do Sul. Como objetivo, buscou caracterizar as propriedades que tinham agroindústrias familiares e visualizar se a pluriatividade (com o processamento) acabava por fortalecer ou por desestimular a perda de vínculos e semelhanças com a agricultura familiar monoativa (WESZ Jr., 2006).

²⁵ "Geralmente quem produz cachaça também faz licor, quem faz melado ainda produz açúcar e rapadura e quem se ocupa com esse último aproveita para fazer mandolate. Desta forma, essas estreitas ligações entre os produtos acabam por dinamizar grande parte das propriedades..." (WESZ Jr., 2006, p. 44).

contratação de mão-de-obra como no fornecimento da matéria prima pelos vizinhos, bem como, na comercialização dos produtos, que se realiza numa escala estreitamente regionalizada (WESZ Jr., 2006, p. 25).

A relação de proximidade pode ser demarcada pela significativa interação na circulação de matérias-primas e produtos (como a própria mão-de-obra) entre as UPAs na escala local (comunidade) ou extra-comunidade. Neste sentido, Vieira (1998) também reforça o papel “social” da agroindústria familiar e a importância de fomentá-la como uma estratégia para a geração de empregos:

Pela sua importância social, como fonte geradora de empregos em um ambiente cada vez menos intensivo em mão-de-obra e como fator de interiorização, interessa, porém, criar condições para a constituição e o desenvolvimento da agroindústria familiar de pequena escala, seja ela urbana ou rural (VIEIRA, 1998, p. 13).

Ao analisar sob o lócus da verticalização ou de agregação de valor, Wilkinson (2000) destaca alguns elementos que contribuíram para o desenvolvimento e a considerável expansão da atividade no espaço rural, tais como a miniaturização tecnológica, a segmentação de mercados e a persistência de mercados de proximidade. As conseqüências desta expansão podem ser visualizadas na elaboração de políticas específicas para as AFRs, dentre elas o Pronaf Custeio/Investimento – linha especial Agroindústria Familiar.

A persistência de mercados de proximidade coloca em evidência a busca por relações de confiança entre produtor-consumidor, que tomam por base a inexistência de riscos alimentares (SILVEIRA, 2006), percepção que dota os consumidores dos produtos com atributos ‘coloniais’ de uma imunidade subjetiva (GUIVANT, 1994)²⁶.

Além destes, há outros trabalhos mais recentes que vem atentando para algumas especificidades da AFR, como as relações de confiança produtor-consumidor como garantia da ‘qualidade artesanal’ (ZIMMERMANN, 2006); a importância do reconhecimento do saber-fazer, por parte do consumidor, para uma otimização na agregação de valor aos produtos artesanais (GÓMEZ, BOUCHER e REQUIER-DESJARDINS, 2006); a concentração geográfica de algumas atividades em função de determinada identidade territorial, que acaba por contribuir para um processo de especialização produtiva do espaço, através da geração de um ambiente de qualificação da mão-de-obra, relações de confiança, difusão do conhecimento técnico (REQUIER-DESJARDINS, 1999; SILVEIRA *et al*, 2008); as relações de gênero (BONI, 2006; MALUF, 1999); os efeitos da descentralização agro-industrial como fator dinamizador da economia local (MALUF, 1999), aproveitando a base familiar e a tradição no processamento de alimentos e/ou bebidas; as limitações colocadas pelo ambiente institucional para legalização (GUIMARÃES, 2001); o controle de qualidade e as exigências legais como um espaço para a construção de ações sob uma abordagem sócio-ambiental (SILVEIRA e HEINZ, 2005; SILVEIRA e GUIMARÃES, 2007).

Ao acompanhar o processo de constituição de AFRs, Duarte e Grigolo (2006) elaboram uma coletânea que apresenta as reflexões dos agricultores familiares sobre suas práticas baseadas na vivência familiar, associativa, agroindustrial e comunitária. Os autores atentam para a importância de entender qual a concepção e o papel da agroindústria para a agricultura familiar “enquanto parte da diversidade e da

²⁶ Em trabalho sobre o uso de agrotóxicos por agricultores da grande Florianópolis, Guivant (1994) demonstrou que esta Imunidade Subjetiva é necessária como forma de negar o perigo e alicerçava-se em um compartilhamento coletivo dos riscos, pois “todos utilizam” e, portanto, se há risco é para quem não sabe usar.

policultura” das UPAs e da vida familiar, em contraponto com a “noção de agroindústria-empresa”, que transforma o agricultor em empresário, subordinando-o aos ditames do mercado (DUARTE e GRIGOLO, 2006, p. 05).

Esta discussão é deveras pertinente já que significativos conjuntos de AFRs, após sua legalização, acabam por ser ‘engolidas’ pela lógica mercantil, sendo um dos exemplos deste processo a auto-exploração exarcebada da força de trabalho familiar. Afinal a reflexão posta pelo Duarte e Grigolo parece tocar numa questão fundamental: “É viável para a agricultura familiar um tipo de agroindústria que exija dedicação exclusiva? Como trabalhar na roça e mexer com alimentos industrializados?”²⁷ Nesta questão, estão postas algumas faces dos limites da AFRs e, possivelmente dos seus impactos negativos principalmente nas escalas da vida familiar e da unidade de produção²⁸.

4. Considerações Parciais

Os impactos sociais das AFRs mantêm uma relação com a especialização produtiva dos espaços agrários, tendo em vista que ela emerge, na maioria dos casos, conectada com aquelas atividades tradicionais realizadas no bojo da unidade de produção familiar, ainda sob laços da racionalidade sistêmica da agricultura familiar. Com processo de modernização da agricultura, observou-se uma especialização destes sujeitos, para a produção de commodities e/ou de matérias-primas para os complexos agroindustriais, submetendo a população rural à outra racionalidade produtiva – um processo onde os sujeitos, antes agricultores familiares, são concebidos agora (e, muitas vezes, concebem-se a si mesmos) como pequenos empresários rurais²⁹. No entanto, alguns saberes [modo de vida rural] permaneceram resguardados no íntimo da cozinha doméstica e/ou aos ambientes de convívio social.

Com a crise daquele modelo de desenvolvimento de ênfase agrícola, estas atividades passam a ganhar outra importância, para além da subsistência familiar: ganham espaço nas redes de comercialização locais. A crise do modelo de desenvolvimento desabrochou outras tantas mudanças, inclusive no padrão alimentar e, o setor agroalimentar, também começa a se movimentar no sentido da produção de alimentos com atributos *naturais*, *funcionais* e, inclusive, *caseiros*³⁰.

²⁷ Nos resultados preliminares da dissertação, as observações empíricas (que incluem visitas a unidades de processamento e a participação em feiras de produtos da agricultura familiar) têm mostrado que os impactos sociais evoluem conforme o desempenho da atividade na garantia de reprodução do grupo familiar, chegando ao seu limite quando a atividade transforma-se numa agroindústria de pequeno porte, gestada sob a lógica indústria-empresarial e com predomínio da técnica sobre a arte de produzir. Neste nível, o agricultor passa a aumentar a auto-exploração do trabalho familiar tendo em vista o atendimento das demandas externas, ou seja, mercado (pressão externa) passa a orientar a rotina de trabalho.

²⁸ Os trabalhos de Silveira e Heinz (2005) e Silveira e Guimarães (2007) analisam com propriedade as conseqüências que a aplicação da legislação traz para as AFRs. Aliás, Silveira e Guimarães (2007) dedicam-se, também, a apontar os limites das políticas públicas quando não atentam para a delimitação do público alvo, em especial neste tipo de atividade onde a diversidade é tão ampla.

²⁹ “[...] as estruturas nacionais de mercado, transformam não só sua base técnica, mas, sobretudo o círculo social em que se reproduzem e metamorfoseiam-se numa nova categoria social: *de camponeses, tornam-se agricultores profissionais*. Aquilo que era antes de tudo um modo de vida converte-se numa profissão, numa forma de trabalho (ABRAMOVAY, 1998, p. 127)”.

³⁰ A razão global incita o setor agroalimentar a caminhar em busca de produtos industrializados que possam agregar valores relacionados com a boa nutrição (fibras, menos açúcar e menos gordura) e funcionais a saúde como uma estratégia de comercialização. Uma das questões que conduz a este processo é a construção social de que a qualidade do alimento é associada mais à produção artesanal do que à industrial (WILKINSON, 2002).

Neste rol de processos, a especialização produtiva dos espaços foi intensificada aos moldes do modelo, mas houve espaços de resistências. Estas resistências, na contemporaneidade, tecem outra especialização, que agora explora a identidade territorial (tanto patrimônio material como imaterial)³¹ e, portanto, acaba por se constituir num nicho de mercado que vem sendo explorado também pela agricultura familiar. Também, pois, o setor agroalimentar vem se apropriando destes atributos, a fim de garantir maior valor agregado aos produtos *tipicamente* coloniais.

A especialização produtiva dos espaços agrários passa a ser referendada pela identidade territorial e, que, contraditoriamente, muitas vezes coloca em xeque o “agrário”, concebido como exclusivamente ligado a agricultura. O espaço agrário contemporâneo comporta especializações produtivas que se ajustam ao conflito entre a razão local e a razão global, onde a agro-pecuária soma-se ao processamento e ao turismo rural, como atividades complementares, na geração de emprego e renda, e de outros impactos sociais.

5. Referencias Bibliográficas

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1998.
- BONI, V. Agroindústrias familiares: uma perspectiva de gênero. In: XXX Encontro Anual da ANPOCS. **Anais...** 2006.
- BRUM, A. **Modernização da Agricultura**: trigo e soja. Ijuí: FIDENE, 1985.
- CASTANHO, R. B. *et al.* O SIG aplicado na proposta de regionalização do RS-Brasil considerando a produção agropecuária. In: XI Conferencia Iberoamericana de Sistemas de Información Geográfica, 2007, Buenos Aires. **Anais...** Santa Fé/ Argentina, 2007. v. 1. p. 1-20
- DUARTE, V. P. e GRIGOLO, S. C. **Agroindústria associativa/familiar**: o mito da viabilidade. Francisco Beltrão/PR: ADMR, 2006.
- FROEHLICH, J. M. e DIESEL, V. (org.) **Desenvolvimento Rural**: tendências e debates contemporâneos. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.
- GÓMEZ, C. A. C.; BOUCHER, F.; REQUIER-DESJARDINS, D. ¿Cómo <<activar>> los sistemas agroalimentarios localizado en América Latina? Un análisis comparativo. In.: **Revista Agroalimentaria**, nº 22, enero-junio, 2006. p. 17-27.
- GUIMARÃES, G. M. **A legislação industrial e sanitária dos produtores de origem animal: o caso das agroindústrias de pequeno porte**. 2001. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2001.
- GUIMARÃES, G. M. e SILVEIRA, P. R. C. da. Por Trás da Falsa Homogeneidade do Termo Agroindústria Familiar Rural: Indefinição Conceitual e Incoerências das Políticas Públicas In: VI Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção. **Anais...** Fortaleza: SBSP, 2007.
- GUIVANT, J. Percepção dos Olericultores da Grande Florianópolis (SC) sobre os Riscos Decorrentes do Uso dos Agrotóxicos. In: **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**. São Paulo, v.82, n. 22, p.47-57, 1994.

³¹ Silveira *et al*, 2008.

- JOLY, C. **Especialização produtiva do território e o circuito espacial produtivo de celulose em Eunápolis-BA**. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- MALLUF, R. S. Ações públicas locais de apoio à produção de alimentos e a segurança alimentar. In: **Polis papers**, n 5, 1999.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Secretaria da Agricultura Familiar. **Programa de Agroindustrialização da Produção de Agricultores Familiares – 2003/2006**. Brasília, 2004.
- MONTENEGRO GÓMEZ, J. R. Desenvolvimento Territorial Rural. Mudar Para Que Nada Mude. In: 1º Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2006, Niterói. **Anais...**, 2006.
- NEUMANN, P. S. Desenvolvimento local: o debate do ‘modelo rural’ x ‘modelo agrícola’. In: FROEHLICH, J. M. e DIESEL, V. (org) **Desenvolvimento rural: tendências e debates contemporâneos**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.
- NEUMANN, P. S. **O impacto da fragmentação e do formato das terras nos sistemas familiares de produção**. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.
- NEUMANN, P. S.; SILVEIRA, P. R. C. da. A Capacidade de Reprodução Econômica e Social dos Sistemas de Produção Familiares na Região de Santa Maria/RS. In: X Word Congress of Rural Sociology and XXXVIII Brazilian Congress of Rural Economy and Sociology, 2000, Rio de Janeiro. **Anais...**, 2000, p. 01-17. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/desenvolvimentorural>> acesso em 10 jan. 2009.
- PECQUER, B. O desenvolvimento territorial: uma abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. In: **Raízes**, v. 24, n. 1 e 2, jan-dez, 2005, p. 10-22. (Traduzido por Ghislaine Duque).
- PICOLOTTO, E L. **“Sem medo de ser feliz na agricultura familiar”: o caso do movimento de agricultores em Constantina-RS**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2006.
- REQUIER-DESJARDINS, D. Agro-industria rural y sistemas agroalimentares localizados: ¿Cuáles puestas?. In: X Aniversário de PRODAR, **Anais...** Quito, 1999. Disponível em: <<http://www.prodar.org/cd.htm>>, acesso em 10 ago. 2007.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço – técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996
- SILVA NETO, B. e BASSO, D. (org.) **Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.
- SILVEIRA, P. C. da *et al.* A produção artesanal de vinhos na região da Quarta-Colônia/RS: (re)criação e transformação do circuito de produção-distribuição-consumo.. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. **Anais...** Londrina/PR: SOBER, 2007, p. 01-12.
- SILVEIRA, P. R. C. da *et al.* O Turismo e a Recriação das Agroindústrias Rurais Tradicionais. In: V Congresso Internacional de Turismo Rural e Desenvolvimento. **Anais...** CITURDES. Santa Maria: UFSM, 2006.
- SILVEIRA, P. R. C. da; BALEM, T. A. Formação profissional e extensão rural: a incapacidade da superação do modelo agrícola. In: VI Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção; **Anais...** Aracaju, Sergipe: EMBRAPA, 2004, p. 01-15. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/desenvolvimentorural/>> Acesso em 15 jan. 2008.
- SILVEIRA, P. R. C. da. e HEINZ, C. Controle de qualidade normativo e qualidade ampla: princípios para re-estruturação e qualificação da produção artesanal de

- alimentos. In: Seminário sobre Agroindústria Familiar e Desenvolvimento Rural. **Anais...** São Luis Gonzaga: UERGS, 2005.
- SILVEIRA, P. R. C. da. e ZIMERMANN, S. A. Qualidade em Circuitos Regionais de Produção de Alimentos numa Perspectiva de Segurança Alimentar. In: FROELICH, M. e DIESEL, V. **Espaço Rural e Desenvolvimento Regional**. Ijuí: UNIJUÍ, 2004.
- SILVEIRA, P. R. C. da. **Riscos alimentares em uma sociedade de risco: compreendendo o comportamento do consumidor de alimentos artesanais**. Mensagem recebida por <prcs1064@yahoo.com.br> em 20 de dez. 2006.
- SULZBACHER, A. W. **A agroindústria familiar rural enquanto alternativa para agricultura familiar**: estudo de caso no município de Chapada/RS. Monografia (Curso de Geografia – Licenciatura Plena) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007.
- SULZBACHER, A. W. e DAVID, C. De. Alternativas para o Espaço Rural: importância de compatibilizar políticas públicas com saberes locais. In: **Campo-Território**: Revista de Geografia Agrária. v.3, p.14 - 37, 2008.
- VIEIRA, L. F. Agricultura e Agroindústria familiar. In: **Revista de Política Agrícola**. Ano VII (01), Jan-Mar, 1998, p. 11-23.
- WESZ Jr. V. J. **O perfil e a configuração estrutural das propriedades com agroindústrias familiares em nove municípios no noroeste gaúcho**. Monografia (Curso de Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial) Universidade Estadual do
- WILKINSON, J. Mercosul e Produção Familiar: Abordagens Teóricas e Estratégias Alternativas. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 8, 1997.
- ZIMERMANN, S. A. **Universo alimentar e qualidade do alimento**: uma construção social. CPDA. 2006.